



Caderno de Encargos

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TIPOGRAFIA, ENCADERNAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual, fazendo sua parte integrante o Anexo I, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de **“Tipografia, Encadernação e Fornecimento de Material de Escritório”**.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.



Cláusula 3.ª

Preço

1. O preço base para efeitos do presente procedimento pré-contratual é de € 25.000,00 (vinte e cinco mil euros), não podendo, em qualquer caso, o valor ser superior a este montante, ao qual acresce o valor de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço base é o preço máximo que a Ordem dos Engenheiros se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações e obrigações previstas no presente Caderno de Encargos.
3. O preço base constitui o limite máximo suscetível de ser apresentado nas propostas concorrentes, constituindo a sua violação causa de exclusão dessa proposta.

Cláusula 4.ª

Condições de pagamento

1. Pela prestação de serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Ordem dos Engenheiros deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Ordem dos Engenheiros.
3. O preço será pago no prazo de 30 (trinta) dias, por meio de cheque ou transferência bancária, após a receção pela Ordem dos Engenheiros das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

Cláusula 5.ª

Prazo

1. O contrato terá a duração de 1 ano, renovável até ao máximo de 3 anos, caso não seja rescindido por nenhuma das partes com uma antecedência mínima de 60 dias, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.
2. Durante a vigência do contrato o adjudicatário obriga-se a prestar os serviços de “Tipografia, Encadernação e Fornecimento de Material de Escritório”, nos termos das especificações do presente caderno de encargos.



Cláusula 6.ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. O prestador de serviços fica obrigado a prestar os serviços de “Tipografia, Encadernação e Fornecimento de Material de Escritório”, tendo em conta as seguintes especificações e os prazos indicados no Anexo I (Características Técnicas):
 - a) Obrigação de prestação dos serviços e de entrega dos bens identificados na sua proposta;
 - b) Obrigação de garantia dos bens.
2. Relativamente aos serviços de Tipografia e Encadernação, o prestador obriga-se à prestação dos seguintes serviços:
 - a) Impressão de cartões-de-visita, panfletos, folhetos e cartas de diversos formatos;
 - b) Encadernação de atas;
 - c) Execução e impressão de livros.
3. Os serviços de Fornecimento de material de Escritório comportam, nomeadamente, o fornecimento dos seguintes bens:
 - a) Baguetes rígidas;
 - b) Lombadas com anéis de plástico para encadernação;
 - c) Lombadas metálicas espiral para encadernação;
 - d) Acetatos de vários formatos para encadernação;
 - e) Pastas plásticas de diversos formatos;
 - f) Pastas de cartão de diversos formatos;
 - g) Papel para fotocópia de diversos formatos;
 - h) Envelopes de diversos formatos.
4. A proposta a apresentar pelo prestador de serviços deverá indicar o valor unitário dos bens e dos serviços a prestar pelo mesmo.
5. O valor unitário dos bens e serviços a prestar pelo prestador de serviços não é suscetível de alterações durante o prazo de vigência do contrato, independentemente das variações de preços de mercado, sob pena de resolução do contrato de prestação de serviços por justa causa, pela Ordem dos Engenheiros.
6. O prestador obriga-se a não alterar as condições de fornecimento dos bens e da prestação de serviços.



7. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços bem como ao fornecimento dos bens, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo, e dentro dos prazos previstos no Anexo I (Características Técnicas).

Cláusula 7.ª

Conformidade e operacionalidade dos serviços

1. O prestador de serviços obriga-se, perante a Ordem dos Engenheiros, a prestar os serviços com as características, especificações e requisitos previstos no presente Caderno de Encargos.
2. Os bens e os serviços objeto do contrato devem ser entregues e realizados em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam.
3. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de bens de consumo e das garantias a ela relativas, no que respeita à conformidade dos bens, bem como à prestação de serviços.
4. O prestador de serviços é responsável perante a Ordem dos Engenheiros por qualquer defeito ou discrepância dos bens e serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são prestados.

Cláusula 8.ª

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Ordem dos Engenheiros e aos seus membros de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O prestador de serviços não pode por qualquer forma divulgar ou por qualquer meio revelar a terceiros dados e factos relativos ao presente contrato, de que os seus trabalhadores venham a tomar conhecimento, pelo exercício direto ou indireto das suas funções, independentemente do tipo de vínculo laboral que tenham com o prestador de serviços.
3. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
4. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.



Cláusula 9.ª

Penalidades contratuais

1. Em caso de incumprimento dos prazos fixados no contrato ou cumprimento defeituoso das obrigações decorrentes do contrato, e por causa imputável ao adjudicatário, a Ordem dos Engenheiros poderá aplicar uma penalidade de 1 % (um por cento) do valor da adjudicação, por cada dia de atraso no cumprimento das prestações previstas no presente Caderno de Encargos.
2. As penalidades serão notificadas ao adjudicatário por escrito, via fax, correio eletrónico ou carta registada, com indicação do incumprimento contratual ou cumprimento defeituoso e do montante da penalidade.
3. A aplicação das penalidades efetuar-se-á mediante dedução do respetivo valor na fatura relativa ao período em que se tenha verificado a ocorrência do facto.
4. As deficiências detetadas nos trabalhos executados devem ser corrigidas no prazo indicado pela Ordem dos Engenheiros.
5. A aplicação das penalidades previstas nos números anteriores não prejudica o exercício pela Ordem dos Engenheiros, do direito à indemnização pelos prejuízos que o incumprimento da prestação de serviços e/ou o cumprimento defeituoso lhe vier a causar.
6. O valor da penalidade referida no n.º 1 fica limitado ao valor de 20. % do valor da adjudicação, podendo o correspondente valor ser objeto de compensação com qualquer crédito do prestador de serviços ou deduzida ao preço a pagar pela prestação de serviços a contratar.

Cláusula 10.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, a Ordem dos Engenheiros pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso do prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das suas obrigações, designadamente as que se encontram expressamente previstas na cláusula 6.ª do presente Caderno de Encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração remetida ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, exceto se tal for determinado pelo contraente público.



Cláusula 11.ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Nenhuma das partes incorrerá em responsabilidade se, por caso fortuito ou de força maior, designadamente greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, for impedido de cumprir as obrigações assumidas no contrato.
2. A parte que invocar casos fortuitos ou de força maior deverá comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecimento da normalidade.

Cláusula 12.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e de círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 13.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual, por qualquer das partes, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 14.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 15.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 16.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.



ANEXO I

Prazo para prestação dos serviços de Encadernação e Tipografia:

1. Até 2 (dois) dias úteis após o pedido efetuado pela Ordem dos Engenheiros, ou outro prazo acordado entre as partes
2. Em casos excecionais o prazo referido no número anterior poderá ser encurtado para 1 dia útil, quando devidamente fundamentado pela Ordem dos Engenheiros.

Prazo para fornecimento de material de Escritório:

1. Até 2 (dois) dias úteis após o pedido efetuado pela Ordem dos Engenheiros.
2. Em casos excecionais o prazo referido no número anterior poderá ser encurtado para 1 dia útil, quando devidamente fundamentado pela Ordem dos Engenheiros.

Atrasos:

Caso decorram custos adicionais para a Ordem dos Engenheiros por via de atrasos na prestação dos serviços objeto do presente Caderno de Encargos, tais encargos serão imputados ao prestador de serviços.

A proposta deverá mencionar o preço unitário de cada bem e serviço.